



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE
Av. Senador Salgado Filho, 1555, - Bairro Tirol, Natal/RN, CEP 59.015-000
Telefone: - http://www.caern.rn.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA - CAERN - SERVIÇOS

Processo nº 03210377.000006/2026-13

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de serviços de telefonia móvel corporativa (sob demanda), com fornecimento de linhas móveis com franquia individual de voz e dados, incluindo chamadas ilimitadas e conectividade com tecnologia 5G (ou superior), incluindo ligações ilimitadas, pacote mínimo de 20GB, bem como o fornecimento de aparelhos móveis em regime de comodato, visando atender às necessidades da CAERN - Companhia de águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, conforme condições, quantidades e exigências que serão estabelecidas do EDITAL neste TR - TERMO DE REFERENCIA e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada por ITEM ÚNICO, conforme tabela constante neste Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para o item que compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO, observadas as exigências contidas Termo de Referência e seus Anexos quanto às especificações do objeto, oferecendo o serviço de: LIGAÇÕES LOCAIS, LIGAÇÕES LONGA DISTÂNCIA NACIONAL, roaming automático Nacional, e de comunicações de dados via Rede Móvel Digital com pacotes de dados com acesso à Internet, além de serviços de mensagens de texto, conforme especificações e quantitativos no presente Termo de Referência, conforme demonstrado na tabela abaixo:

ITEM ÚNICO	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	Quantidade mínima estimada prevista	Quantidade máxima estimada prevista
1	Contratação de empresa especializada para fornecimento de Serviço Móvel Pessoal - SMP, com tecnologia digital GSM, incluindo transmissão de voz e dados ilimitados, roaming nacional ilimitado envio e recebimento de mensagens (SMS/MMS) ilimitados, ligações de voz nas modalidades: local, longa distância nacional – LDN, uso ilimitado do aplicativo WhatsApp, acesso à caixa postal, franquia mensal de mínimo 20GB de dados móveis (internet), com fornecimento de chips avulso e/ou eSIM, com fornecimento de smartphones e acessórios, em regime de comodato, pós pago e preço fixo mensal. Não haverá quaisquer outras cobranças adicionais.	743	800
TOTAL (R\$)	Valor total da Quantidades mínima e máxima prevista dos serviços pelo prazo de 30 meses	743	800

OBSERVAÇÕES:

1.4. Os serviços serão fornecidos por demanda, de acordo com as necessidades da Companhia, não sendo esta obrigada a adquirir ou manter o quantitativo total de assinaturas mensais;

1.5. Serão disponibilizados inicialmente o quantitativo de 743 (setecentos e quarenta e três) linhas/aparelhos, ficando os 57 (cinquenta e sete) linhas/aparelhos restantes para serem solicitadas somente sob demandas, e solicitado somente pelo Gestor do contrato. Devendo a empresa cobrar tão somente pela quantidade que está sendo utilizada com a Quantidade mínima estimada prevista.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Os serviços a serem contratados buscam atingir os objetivos da Instituição na adoção de uma política de redução de gastos, através da adequação dos custos com a prestação de serviços de telecomunicações, indispensáveis às atividades institucionais, tornando necessária a realização de procedimento licitatório no sentido de selecionar proposta mais vantajosa.

2.2. A contratação dos serviços de telefonia móvel tem por finalidade atender as necessidades de comunicação dos integrantes da Companhia no exercício de suas funções, garantindo a prestação do serviço da CAERN à sociedade, além de adequar os quantitativos disponíveis à demanda atual:

2.3. Os serviços a serem contratados buscam atingir os objetivos da Instituição na adoção de uma política de redução de gastos, através da adequação dos custos com a prestação de serviços de telecomunicações, indispensáveis às atividades institucionais, tornando necessária a realização de procedimento licitatório no sentido de selecionar proposta mais vantajosa.

2.4. Ademais, o avanço da tecnologia na área de telecomunicação, a crescente oferta de informações disponíveis em todas as áreas do conhecimento, a utilização cada vez maior da rede mundial de computadores, transforma este serviço que migra, paulatinamente, da comunicação de voz para a comunicação de dados, reforçando a necessidade de uma contratação personalizada às necessidades da Instituição.

2.5. Estima-se ainda que a substituição dos ramais fixos pelos móveis, sempre que possível, possa agregar mais valor ao serviço fornecido, considerando que a especificação demandada prevê o uso de pacote de dados e serviço de mensagens de texto, serviços não existentes na telefonia fixa.

2.6. Cabe observar que, atualmente, há um contrato corporativo de telefonia móvel, porém, seu modelo de execução não atende à demanda atual, agravada consideravelmente pelas medidas adotadas pelos Companhia para atendimento aos Usuários internos e aos clientes, inviabilizando a estratégia organizacional de implantar atendimento remoto em todos os setores administrativos e operacionais e de atendimento da Companhia.

2.6.1. A contratação objetiva, por fim, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, que garanta a boa qualidade dos serviços prestados a custos mais reduzidos, contribuindo para diminuição dos gastos da Companhia.

2.6.2. A realização de licitação é imprescindível e faz-se necessária para manter garantir um meio de comunicação para cumprir as atividades administrativas e operacionais de todas as Unidades/Regionais e e seus setores , proporcionando atendimento ao público externo em geral, tanto em ligações telefônicas como nos atendimentos diferenciados por meio de canais como e-mails, site, whatsapp, entre outros, que precisam necessariamente de internet. Ainda, o serviço de telefonia móvel é imprescindível para facilitar a comunicação dos setores entre si, e público externo, para que o diálogo seja contínuo e ininterrupto, tornando-se célere e eficiente.

2.7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO ADOTADO, PRAZO e REGIME DE EXECUÇÃO:

2.7.1. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO, observadas as exigências contidas Termo de Referência e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.7.2. A prestação dos serviços objeto deste contrato serão executados, sob o regime de execução por preço unitário.

2.7.3. O prazo de vigência do contrato é de **30 (trinta) meses**, podendo ser prorrogado por igual período, e de acordo com interesse das partes, e não excederá de 05 (cinco) anos, e terá vigência se iniciando juntamente com o prazo de execução e término em 120 (cento e vinte) dias após o esaurimento deste, respeitado o limite máximo estabelecido em lei.

2.7.4. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços terceirizados contínuos de Telefonia Móvel Pessoal (Serviço Móvel Pessoal – SMP), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

2.7.5. A licitação será por MENOR PREÇO contidos no Termo de Referência, devendo oferecer proposta para o item que compõem.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS:

3.1. Especificações Técnicas dos Serviços de Telefonia Básica

3.1.1. A CONTRATADA deve seguir todos os indicadores de qualidade do serviço de telefonia móvel (SMP) presentes no Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações – RQUAL. (Resolução nº 717/2019 ou mais atual).

3.1.2. Deve ser oferecida pela CONTRATADA a facilidade de portabilidade numérica, de modo a manter os números e/ou a(s) faixa(s) de numerações utilizadas pelos usuários da CAERN - Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, sem qualquer custo adicional, e independentemente da operadora do serviço a que esteja atualmente vinculada. A CONTRATADA deverá respeitar o prazo de 3 (três) dias úteis, estabelecido pela ANATEL, para a realização deste serviço, após a liberação dos números pela operadora de origem.

3.1.3. **Na portabilidade numérica** a contratada deverá realizar, mediante solicitação, a portabilidade de todos os acessos SMP da contratante, atuando como facilitadora no processo, que não deve acarretar em ônus para a contratante. A portabilidade deve ocorrer independentemente da operadora do serviço a que o acesso esteja atualmente vinculado.

a) A contratada deverá realizar e manter o cadastro de todos os acessos da contratante a fim de não haver erros de faturamento em relação a nenhum dos serviços ora contratados.

b) A contratante deverá informar as alterações de linhas formalmente à contratada.

3.1.4. **No serviço de acesso a internet** a Contratada deverá ser fornecido dentro da área de cobertura solicitada e em todo território brasileiro, onde a operadora possuir cobertura, prevalecendo as velocidades máximas disponíveis pela contratante para a rede, 4G e 5G ou superior. Caso a franquia de dados de um acesso seja ultrapassada, poderá haver a redução de velocidade, sem que haja a interrupção do serviço ou cobrança adicional até que seja restabelecida em próximo ciclo, ou de acordo com o estabelecido pela ANATEL.

a) O serviço de acesso à Internet e transmissão de dados deve estar disponível nos acessos em que forem explicitamente solicitados pela contratante, conforme proposta de preços. Todos os demais acessos devem estar bloqueados para serviços de acesso à Internet e de transmissão de dados, sendo a contratada responsável pelos custos decorridos de sua utilização em caso de não efetuar o bloqueio.

3.1.5. A CAERN deverá bloquear o recebimento das chamadas a cobrar através do serviço de gestão, via portal WEB.

3.1.6. A franquia mínima de acesso à internet (dados) será de 20 GB, para todos os tipos de planos ofertados.

3.1.7. Os seguintes serviços deverão estar inclusos no âmbito do contrato, sem ônus adicional:

- Tarifa zero intragrupo (mesmo grupo - plano ilimitados gratuitas e nacionais);
- Habilitação;
- Escolha ou troca de número;
- Reativação de número de linha;
- Chamada em espera;
- Não perturbe;
- Desvio de chamada / Siga-me;
- Consulta;
- Cancelamento das linhas;
- Conferência;
- Reativação de número de linha;
- Correio de Voz / Serviço de caixa eletrônica de mensagens;

6.4. O destino das chamadas de Longa Distância na modalidade **Nacional** serão terminais fixos ou móveis de qualquer dos municípios do Brasil. Desse modo, o contrato de concessão, assim como o serviço da operadora deve poder completar toda e qualquer chamada desta natureza, qualquer que seja o destino nacional, aí incluídas as chamadas Intra-setoriais, Interestaduais e Inter-regionais. Ou seja, para qualquer destino das regiões do Plano Geral de Outorgas;

6.5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA SIGILOSA:

6.5.1. A estimativa de custos para a contratação é **SIGILOSA**, conforme define o art. 34 da Lei Federal nº13.303/16 e Art. 19. do RILCC - Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, RILCC, da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN.

6.5.2. O critério de julgamento das propostas comerciais apresentadas pelas participantes do certame licitatório será o de MENOR PREÇO, conforme Art. 54, inciso I, da Lei Federal nº 13.303/2016 e Art. 68, inciso I, do RILCC - Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, RILCC, da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN..

6.5.3. As propostas deverão ser ofertadas visando o MENOR PREÇO, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência quanto as especificações do objeto para a contratação, sendo:

6.5.4. Será considerado o vencedor do certame o licitante que ofertar o menor lance, ou seja, o MENOR PREÇO GLOBAL para a contratação.

6.5.5. Os valores das propostas ofertadas para fins de classificação, OBRIGATORIAMENTE, deverão ser iguais ou inferiores aos PREÇOS UNITÁRIOS E GLOBAL, estimados pela CAERN.

7. DAS EXIGÊNCIAS QUANTO AO PROCESSO DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

7.1. A operadora deverá efetuar o faturamento do serviço de maneira agrupada por tipo de serviços, sendo necessária que sejam emitidas notas fiscais separadas por cada Unidade/Regional sob o único CNPJ, com endereço dos serviços prestados para fins de atesto mensal pelos Fiscais responsável pelos serviços nesses setores como ocorre no contrato atual. Ou seja, cada Unidade administrativa poderá ter uma fatura independente com endereço a parte com o mesmo CNPJ, customizada com a discriminação dos serviços constando o detalhamento mínimo.

a) A contratada apresentará mensalmente nota fiscal e/ou fatura dos serviços para liquidação e pagamento de despesa pela contratante, mediante boleto bancário com código de barras nos prazos de vencimentos estabelecidos em conformidade com este termo de referência, devendo observar ainda:

a.1) Os serviços a serem faturados serão fornecidos por demanda, de acordo com as necessidades da Companhia, não sendo esta obrigada a adquirir ou manter o quantitativo total de assinaturas mensais;

a.2) Serão disponibilizados inicialmente o quantitativo mínimo de 743 (setecentos e quarenta e três) linhas/aparelhos, conforme demonstrado no **item 1.3**, ficando as 57 (cinquenta e sete) linhas/aparelhos restantes para serem possivelmente solicitadas somente em caso de demandas devidamente justificadas pela CAERN por meio de autorização pela Chefia de Gabinete da área demandante, conforme norma interna de telefonia. Devendo a empresa cobrar tão somente pelas quantidades e valores que está sendo utilizada.

b) A contratada fará jus ao pagamento, exclusivamente, pelas assinaturas de terminais habilitados em um determinado mês de referência;

c) As contas telefônicas deverão ser apresentadas sob a forma de nota fiscal, acompanhadas dos relatórios demonstrativos de utilização dos serviços;

d) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

e) Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta das certidões de registros fiscais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

f) A CAERN reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, a prestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação requeridas;

g) O pagamento será efetuado, obedecida à ordem cronológica de exigibilidade, nos termos da Lei n.º 13.303/2016 e RILCC;

h) Em caso de atraso de pagamentos será facultado à contratada efetuar a cobrança de multa moratória por atraso de pagamento e atualização financeira, nos termos da Lei;

i) O relatório deverá conter minimamente os seguintes campos, para cada terminal móvel:

- O plano de serviço do usuário;
- O valor da assinatura mensal;
- O valor e o tempo correspondente, relativos aos itens “VC1”, “VC2”, “VC3” (utilização do serviço);
- Valor e número de chamadas relativas ao item adicional de chamadas;
- Valor e tempo correspondente ao item deslocamento;
- Número de destino, data, hora, valor, duração das chamadas locais, nacionais e tarifa (normal ou reduzida);
- As facilidades adicionais utilizadas;
- Os descontos concedidos;
- Os impostos incidentes, em consonância com a legislação pertinente;
- Descrição do pacote de dados de consumo.

7.2. A totalidade das contas da CAERN Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte deverá ser disponibilizada em meio digital de forma individualizada por Unidade Administrativa, assim como disponibilizadas para download em Portal Web de Gestão de serviços e/ou faturas.

7.3. Deverá ser disponibilizado relatórios de consumo, custos e parque de linhas de forma agrupada ou individualizada por conta.

7.4. Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos tributos incidentes sobre o objeto da contratação.

7.5. O prazo para pagamento será suspenso ou interrompido nas hipóteses de constatação de erros, falhas ou irregularidades nas faturas e/ou nas condições das prestação dos serviços.

7.6. Declarada a rescisão do Contrato pela CAERN, a CONTRATADA receberá exclusivamente o pagamento dos serviços prestados, deduzidas, porém, quaisquer importâncias que seja devedora, sem prejuízo da abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade e, se for o caso, aplicação das penalidades cabíveis.

8. DOS NÍVEIS MÍNIMOS DOS SERVIÇOS EXIGIDOS:

8.1. ACORDOS DE NÍVEL MÍNIMOS EXIGIDOS DE SERVIÇO - Critérios objetivos estabelecidos neste Termo de Referência que visam criar condições de monitorar a qualidade da prestação do serviço, deverão obedecer a seguinte:

a) O serviço objeto desta contratação deverá ser prestado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

b) Os serviços deverão ser prestados de forma ininterrupta, com disponibilidade mensal mínima em 95% (noventa e cinco por cento) para SMP. Na hipótese de ocorrência de interrupção total de prestação de serviço de recebimento e/ou realização de chamadas, as falhas deverão ser corrigidas e o serviço restabelecido em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, ou de acordo com o estabelecido pela ANATEL.

c) Para assegurar a disponibilidade do serviço, a CONTRATADA deverá efetuar e realizar continuamente todos os procedimentos de operação preventiva e corretivas indicados pela ANATEL e pelos fabricantes da infraestrutura da rede de telefonia móvel, como: falhas de sincronismo, perdas de ligações, bloqueios de canais, e outros, e em caso de problema, a manutenção deverá ser realizada imediatamente, conforme determina a ANATEL.

8.2. As interrupções programadas dos serviços deverão ser comunicadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis;

8.2.1. A CONTRATADA terá os seguintes prazos para execução, a contar da solicitação da Companhia, para atender aos serviços relativos ao objeto contratado dos Serviços de Telefonia Móvel (SMP):

ANS	EVENTOS	META
8.2.1.1	Migração(portabilidade) de todos os terminais móveis atualmente em funcionamento, com o fornecimento dos aparelhos. Início do contrato.	até 25 dias úteis
8.2.1.2	Fornecimento de uma nova linha móvel (após o início da operação), com o respectivo aparelho	até 15 dias úteis
8.2.1.3	Substituição de aparelho avulsos, (sem contar com os aparelhos do backup à disposição da CAERN)	até 15 dias úteis
8.2.1.4	Fornecimento de chip de dados com o respectivo modem	até 15 dias úteis
8.2.1.5	Implantação de serviços suplementares em linha existente	até 24 horas
8.2.1.6	Bloqueio temporário de linha (extravio/roubo ou a pedido)	até 24 horas
8.2.1.7	Cancelamento de linha	até 24 horas
8.2.1.8	Análise de contestação de cobranças	até 05 dias úteis
8.2.1.9	Ativação de chip para tráfego de dados de posse da Companhia	até 24 horas
8.2.1.9.1	Entrega de novo chip pela Operadora	até 15 úteis
8.2.1.10	Ativação de chip para tráfego de voz de posse da Companhia	até 24 horas
8.2.1.10.1	Entrega de novo chip de voz pela Operadora	até 15 dias úteis
8.2.1.11	Manutenção de linha com defeito – não realiza e/ou recebe chamadas, sem dados.	até 5 dias úteis, de acordo com ANATEL
8.2.1.12	Adequações na rede para correção de problemas identificados quanto à qualidade do sinal e/ou/ mudança de tecnologia	até 30 dias úteis
8.2.1.13	Cadastramento do CNPJ de Unidades Administrativas da CAERN para faturamento mensal, e que o mesmo usufrua dos descontos.	até 05 dias úteis

8.2.2. Nos prazos acima, onde não esteja especificado “dias úteis”, interpretar como dias corridos;

8.2.3. O encerramento dos prazos poderá ocorrer em dias não-úteis;

8.2.4. Todos os prazos de ANS estabelecidos acima terão apuração mensal.

8.3. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

8.3.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas sujeitará o CONTRATADO às penalidades previstas neste edital, haja vista os preceitos contidos na Lei nº 13.303/2016 e no RILCC.

8.3.2. Pelo cometimento de qualquer infração prevista neste edital, garantidos o contraditório e ampla defesa, a CAERN poderá aplicar as seguintes sanções:

I - advertência;

II- multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAERN, por até 02 (dois) anos.

8.3.3. As sanções previstas nos incisos I e III do item anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II;

8.3.4. Na escolha e aplicação da sanção administrativa, a Administração sempre deverá levar em consideração a gravidade da conduta, a culpabilidade do infrator, o dano concretamente causado e o caráter educativo da pena, à luz da regra da proporcionalidade.

8.3.5. O prazo para aplicação da penalidade prevista no inciso IV também deve ser motivado.

8.3.6. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

I - deixar de entregar documentação exigida para o certame;

II - ensejar o retardamento da execução do certame;

III - não manter a proposta;

IV - falhar ou atrasar o cumprimento de obrigações contratualmente assumidas, independentemente de dolo ou culpa do contratado;

V - interpor recursos meramente procrastinatórios;

VI - não regularizar a documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e suas alterações (quando couber);

VII - atrasar a entrega da garantia contratual, quando exigida;

VIII - não atender, sem justificativa que seja aceita pela CAERN, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente, ordem inicial de serviço/fornecimento, ordem de paralisação ou ordem de reinício, no prazo de até 8 (oito) dias a contar da data da convocação;

IX. apresentar documento falso no processo licitatório ou durante a execução contratual decorrente;

X. frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;

XI. afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

XII. agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;

XIII. incorrer em inexecução contratual;

XIV. frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório;

XV. impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato deste procedimento licitatório ou fraudar o contrato decorrente;

XVI. afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

XVII. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar desta licitação ou celebrar o contrato decorrente;

XVIII. obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos decorrentes desta licitação, sem autorização em lei, no ato convocatório desta licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

XIX. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos decorrentes desta licitação;

XX. dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;

XXI. descumprir qualquer cláusula contratual, termo por escrito ou orientações e determinações escritas da gestão/fiscalização durante a execução dos contratos decorrentes;

8.3.7. A advertência será aplicável às infrações leves que não acarretem prejuízo de monta à Administração.

I. A aplicação da sanção de advertência importa no seu registro junto ao Cadastro Corporativo da CAERN, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada, ou não.

II. A reincidência da sanção de advertência poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAERN ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme o caso.

III. A sanção pecuniária será imposta ao licitante ou contratado, por atraso injustificado, irregularidades cometidas neste procedimento licitatório ou execução do contrato decorrente e nos casos de inadimplemento contratual parcial ou total, e pode ser das seguintes espécies:

8.3.7.1. Multa de mora – Aplicável pela demora injustificada para a execução do contrato, sendo aplicada nos seguintes percentuais:

I. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II. 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%;

III. Multa Compensatória – Possui natureza compensatória, possuindo como objetivo trazer uma compensação prefixada dos prejuízos causados à Administração pelo descumprimento de cláusula contratual, e incidirá no percentual fixo de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado da parcela não executada do contrato;

8.3.8. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos à CAERN, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros. A suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar será imposta ao contratado ou licitante suspendendo-o temporariamente de participar de licitações e impedindo-o de contratar com a CAERN, de acordo com a natureza e a gravidade da falta, usando como parâmetros os prazos abaixo fixados, sempre respeitando o limite máximo de 2 (dois) anos, que:

I - Não assinar o contrato/ata de registro de preços ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período mínimo de 6 (seis) meses.

II - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período mínimo de 6 (seis) meses.

III - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período mínimo de 6 (seis) meses.

IV - Não manter a sua proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período mínimo de 6 (seis) meses.

V. O licitante/contratado faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período mínimo de 6 (seis) meses.

VI - Falhar na execução contratual, der causa à inexecução total ou parcial do contrato, sem motivo justificável;

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período mínimo de 1 (um) ano.

VII. Após ter sido advertido, não manter as condições de habilitação na licitação durante a vigência do contrato ou de pagamento exigidos como condição à obtenção do recibo de adimplemento;

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período mínimo de 1 (um) ano.

VIII. Comportar-se de forma inidônea, apresentar documento falso, fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período de 2 (dois) anos.

8.3.9. A sanção ainda poderá ser aplicada ao licitante ou contratado nas seguintes hipóteses:

I - Tenha sofrido condenação definitiva por praticar por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos (decorrentes de contratos com o Poder Público);

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período mínimo de 1 (um) ano e 6 (seis) meses.

II - Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período de 2 (dois) anos.

III - Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.3.10. Pena: suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a CAERN pelo período de 2 (dois) anos.

I. Quando a ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas puníveis com suspensão, aplicar-se-á a pena mais grave.

II. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 1 a 6 meses), média (de 7 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

III. O prazo da sanção de suspensão terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, estendendo-se os seus efeitos a todas as Unidades da CAERN.

IV. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

V. Se a sanção de que trata o caput deste artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CAERN poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente.

VI. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida em período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

VII. A determinação de regularização de inconformidades quanto às obrigações contratuais por parte da CONTRATADA, quaisquer que sejam, devem ser prontamente atendidas. A não regularização das mesmas em prazo razoável aceito pela Companhia pode ensejar a suspensão provisória do pagamento da medição do respectivo mês, sem ônus para a CAERN, até a sua efetiva regularização.

VIII. A manutenção da mora das obrigações das CONTRATADAS pode ensejar a aplicação de outras sanções administrativas, elencadas na Lei 13.303/2016 e RILCC, que podem levar inclusive à rescisão unilateral do contrato por parte da Administração.

9. DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL PARA SOLUÇÃO:

9.1. O serviço contratado contemplará a prestação dos serviços de ligações locais e de ligações de longa distância nacional de forma ilimitada para qualquer operadora, seja para telefone fixo ou móvel, em todo território nacional, roaming nacional ilimitado, serviços de SMS ilimitados para qualquer operadora, caixa postal nacional ilimitada e acesso à internet com franquia de dados de no mínimo 20GB, com utilização do aplicativo Whatsapp sem descontar da franquia e bloqueio do tráfego após o término da franquia.

9.2. A contratação do serviço supracitado vai ao encontro da necessidade da Administração em proporcionar os meios necessários para facilitar o desempenho de atividades funcionais onde a utilização dos serviços de telefonia móvel se mostre mais adequada.

9.3. O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 10.024, de 2019 e atende aos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos da Companhia.

9.4. As linhas telefônicas que são objeto deste Termo de Referência deverão ser programadas para a área/região do Rio Grande do norte (**DDD 84**), com roaming automático de voz e dados em todo o território nacional.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS E DO PREÇO MÁXIMO

10.1. Proposta de Preços:

10.2. A proposta final de preços da Licitante deverá conter as seguintes informações, dentre outras:

10.2.1. Modelo da proposta de preços para os serviços de SMP, conforme modelo Anexo I;

a) LOGOTIPO DA EMPRESA:

b) IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

c) PROPOSTA COMERCIAL EMPRESA:

d) CNPJ:

e) ENDEREÇO COMPLETO:

f) TELEFONE/FIXO/MÓVEL:

g) E-MAIL e PROCURADOR:

10.2.2. Indicar o prazo de validade que será, no mínimo, de 60 (sessenta) dias corridos;

10.3. Preço Máximo:

10.4. Os preços unitários finais propostos deverão ser, no máximo, aqueles contidos na planilha modelo de proposta de preços (**Anexo I**);

10.5. A licitante deverá preencher a planilha de composição de custos. Com esta planilha será obtido o valor global final da proposta, respeitados os quantitativos individuais estimados, modelo de proposta de preços (**Anexo I**);

10.6. A licitante será responsável pelos valores indicados na proposta de preços, prevalecendo, em caso de divergência entre o valor escrito em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor escrito por extenso.

10.7. A licitante fornecerá, para efeito deste termo de referência, o valor global final, respeitando-se os limites dos preços individuais por item, sendo o menor valor declarado vencedor.

10.8. Na elaboração da proposta de preços, a licitante deverá considerar todos os custos dos serviços e obrigações previstos neste termo de referência.

10.8.1. A licitante deverá comprovar que possui cobertura de rede e condições técnicas de atendimento na área de abrangência do órgão contratante, garantindo a prestação dos serviços, conforme as condições estabelecidas no item 5;

10.9. Todos os tributos, contribuições de qualquer natureza e encargos trabalhistas que incidam sobre a prestação dos serviços serão arcados, exclusivamente, pela licitante, devendo já estar incluídos nos valores da proposta de preços.

10.10. A empresa vencedora deverá comunicar no mês anterior à aplicação do aumento qual será o valor do reajuste incidente no contrato.

10.11. O reajuste de preços, cuja periodicidade não pode ser inferior a 12 (doze) meses, deverá estar de acordo com a Resolução 477 da "ANATEL", devendo ser utilizado como índice de reajuste o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST).

11. DAS TARIFAS E DOS PREÇOS A SEREM PRATICADOS E REAJUSTAMENTO:

11.1. As tarifas e preços das ligações telefônicas a serem considerados, deverão ser aquelas constantes do Plano Básico de Serviços ou Plano Alternativo de Serviços, devidamente autorizado pela ANATEL, relativo ao objeto da licitação, levando-se em conta, para efeito de cotação, os descontos ofertados pela Licitante.

11.2. Não poderão ser cobrados valores por serviços ou facilidades não solicitados e não autorizados expressamente pela CAERN.

11.3. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

11.3.1. Os preços do serviço contratado poderão ser reajustados pelo índice de Serviços de Telecomunicações – IST, divulgado pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

11.3.2. Caso o índice aplicado para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor à época;

11.3.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços;

11.3.4. O reajuste de que trata esta cláusula somente poderá ser concedido a partir de 01 (um) ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, os reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido;

11.3.5. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços do respectivo índice.

11.3.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1. O serviço a ser prestado pela contratada contemplará o fornecimento, (sob demanda), em regime de comodato de:

12.1.1. Aparelhos do tipo Smartphone novos, devidamente habilitados com SIMCARD/e ou eSIM compatíveis aos equipamentos fornecidos pela contratada, observando-se que não será objeto de pagamentos, a título de habilitação, qualquer taxa de serviço para ativação dos aparelhos telefônicos entregues.

12.1.2. Interfaces USB para acesso à Internet, devidamente habilitados com SIMCARD/ e ou eSIM compatíveis aos equipamentos fornecidos pela contratada, observando-se que não será objeto de pagamentos, a título de habilitação, qualquer taxa de serviço para ativação dos aparelhos telefônicos entregues.

12.1.3. A tecnologia a ser utilizada deverá permitir o pleno funcionamento dos serviços de comunicação por voz, por dados ou voz e dados, conforme as especificações contidas nesse termo de referência.

12.2. A contratada deverá prestar sem ônus para a Companhia, os seguintes serviços suplementares:

- Ativação e desativação de linha;
- Ativação e desativação de linha;
- Identificador de chamadas;
- Caixa eletrônica de mensagens;
- Transferência/desvio de chamadas (siga-me);
- Chamadas em espera;
- Bloqueio por extravio;
- Bloqueio por perda ou roubo;
- Bloqueio e desbloqueio de IMEI;
- Cancelamento de serviço;
- Sistema de gestão de voz e dados;
- Cartão SIM / eSIM;
- Banco de dados de consumo;
- Bloqueio ou suspensão temporária de Linha;
- Troca de franquia de dados de Internet;
- Suspensão temporária dos serviços de voz ou dados.

12.3. A contratada deverá arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja ela qual for, praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da Companhia.

12.4. A contratada se obriga a prestar o serviço em conformidade com os padrões de qualidade e normas expedidas pela "ANATEL".

12.5. Deverá ser provido o atendimento às exigências abaixo, o custo para tanto deverá ser incorporado no fornecimento dos serviços, não sendo devido a Companhia qualquer ônus adicional além dos valores apresentados pela CONTRATADA em sua proposta de preços:

12.6. Responder pelo cumprimento da legislação vigente, no âmbito federal, estadual e municipal, como também assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pela regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços a serem praticados no Contrato;

12.7. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados;

12.8. Comunicar, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, a paralisação temporária do objeto do Contrato por motivo de manutenção programada, bem como o seu prazo de normalização, sem prejuízo de exame por parte da CONTRATANTE das justificativas apresentadas;

12.9. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade na prestação dos serviços e prestar os esclarecimentos necessários;

12.10. As falhas e os defeitos devem ser recuperados nos prazos máximos e condições determinadas pelas regulamentações expedidas pela "ANATEL".

12.11. As falhas e defeitos tratados no item acima, referem-se ao conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de telecomunicações e, quando for o caso, às instalações que os abrigam.

12.12. A contratada deverá comunicar à Companhia, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, que venha a afetar o funcionamento dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

12.13. A contratada deverá manter durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste termo de referência.

12.14. A contratada deverá observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais e quaisquer outras não mencionadas, isentando a contratante de qualquer responsabilidade. A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos no contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao contratante, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a contratante.

12.15. Fornecer números telefônicos, e-mails ou outros meios para contato do gestor do contrato com a CONTRATADA com o preposto, mesmo em alguns casos fora do horário de expediente, sem que com isso ocorra qualquer ônus extra para a Companhia;

12.16. A contratada deverá fornecer número telefônico para registro das reclamações sobre o funcionamento do serviço contratado, bem como para a resolução de problemas, com funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana.

12.17. Responder administrativamente, civil e penalmente, por quaisquer danos pessoais ou materiais causados diretamente a CAERN e suas Unidades Administrativas, ou a terceiros, quando da execução dos serviços objeto do Contrato, seja através da sua ação direta ou de prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do Contrato. A ação ou omissão da FISCALIZAÇÃO da CAERN e suas Unidades Administrativas não ilide a responsabilidade da Contratada na prestação dos seus serviços;

12.18. Acatar as orientações da CAERN, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita FISCALIZAÇÃO da execução do Contrato, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

12.19. Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

12.20. Prestar informações e esclarecimentos que vierem a ser solicitados pela CONTRATANTE, desde que sejam do seu conhecimento e pertinentes aos serviços contratados;

12.21. Atender as convocações da CONTRATANTE cumprindo os prazos estipulados pela Administração em cada convocação, seja na hipótese de assinatura de contratos e aditivos;

12.22. Apresentar o preço do objeto contratual abrangendo todas as despesas, entre as quais destacam-se: impostos, taxas, fretes e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, deduzindo os abatimentos eventualmente concedidos;

12.23. A contratada deverá fornecer mensalmente um relatório de todos os terminais móveis em utilização. Neste relatório deverão constar as ligações efetuadas a partir do terminal, tanto para móvel intra-grupo como as ligações para outras operadoras, com a data, hora e sua duração. As chamadas a cobrar recebidas devem estar identificadas também na conta. Devem estar listadas também as ligações para fixo, e interurbanos com data, hora, duração e informar a tarifa (normal ou reduzida). O relatório poderá ser entregue mensalmente impresso ou em mídia digital, no formato "PDF", podendo, inclusive, ser disponibilizado através de aplicativo ou serviço web;

12.24. Deverá ser fornecido também sistema de gerenciamento, aplicativo ou serviço web de gerenciamento de voz e dados que permita definir a única operadora de longa distância contratada para todos os acessos.

12.25. Deverá ser designado consultores para acompanhamento permanente da execução do contrato, dos quais o Gestor do contrato deve possuir telefone de contato do titular e de 01 (um) substituto que possa resolver as demandas emergenciais com competência para manter entendimentos e receber instruções da CONTRATANTE. O indicado deverá acompanhar as ações e estar presente a qualquer reunião que for demandada durante toda a execução do contrato. Ainda terá que orientar todos os profissionais envolvidos, bem como verificar, com antecedência, as ações planejadas e o resultado da execução das mesmas;

12.26. A contratada deverá reconhecer o (s) colaborador(es) que for(em) indicado(s) pela Companhia para realizar (em) solicitação (ões) relativa (s) a esta contratação, tais como habilitação, cancelamento, e correlatos aos serviços prestados.

12.27. A contratada deverá prestar o serviço, objeto deste termo de referência, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas e devidamente autorizadas pela ANATEL.

12.28. A contratada deverá assumir inteira a responsabilidade técnica e administrativa pela execução do objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas de funcionamento do serviço.

12.29. A contratada deverá observar, durante todo o período do contrato, o percentual de desconto cotado na proposta vencedora, incidente sobre os preços dos serviços constantes em seu plano básico de serviços, aprovado pela "ANATEL", ou em um plano especial de serviços apresentado durante o certame.

12.30. O documento de cobrança apresentado pela prestadora deve corresponder a 1 (um) mês de prestação de serviço, devendo ser apresentado de maneira detalhada, clara, explicativa, indevassável, discriminando o período que compreende a cobrança do serviço, o tipo e a quantidade de cada serviço prestado, bem como todo e qualquer registro relacionado à prestação do serviço no período, os descontos concedidos, impostos e eventuais encargos.

12.31. Manter o sigilo das informações fornecidas e apuradas, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão do objeto do contrato, devendo orientar seus empregados neste sentido;

12.32. É vedada qualquer prestação de serviços não prevista neste documento, salvo autorização expressa da contratante.

12.33. A Contratada deverá ter programa de logística reversa, tendo em vista os aparelhos celulares inservíveis e seus acessórios serão devolvidos à contratada, e que deverá recolher para o devido descarte ecológico por meio da Logística reversa de celulares que é o processo de coleta, transporte e destinação ambientalmente correta de aparelhos pós-consumo, reduzindo o impacto ambiental e cumprindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Caberá a CAERN, por intermédio dos Gestores e Fiscais deste Contrato:

13.1.1. Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços e execução do contrato por meio de servidores especialmente designados para atuar como fiscais e gestores contratuais, os quais anotarão, em registro próprio, todas as ocorrências que impliquem em sanções administrativas, quando cabíveis, assegurando à CONTRATADA, a ampla defesa e o contraditório;

13.1.2. Acompanhar a prestação dos serviços e execução do contrato por meio de servidores especialmente designados para atuar como Fiscais do contrato e realizar a gestão contratual através do Gestor do Contrato e do Fiscal Requisitante (especialmente designados) que anotarão em registro próprio todas as ocorrências que aplicara as sanções administrativas quando cabíveis, assegurando a CONTRATADA a ampla defesa e o contraditório;

13.1.3. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;

13.1.4. **Verificar se os preços contratados estão sendo praticados, e se estão compatíveis com os praticados no mercado pelas demais prestadoras dos serviços, de forma a garantir a vantajosidade para a Administração;**

13.1.5. Documentar as ocorrências havidas e controlar as ligações realizadas;

13.1.6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela Administração do contrato, não deverão ser interrompidas;

13.1.7. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações;

13.1.8. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando necessário, às dependências das unidades da administração, para execução dos serviços referentes ao Objeto;

13.1.9. Auxiliar as Unidade da Administração na conferência das faturas para o atesto dos serviços prestados, desde que não haja nenhuma pendência de ordem contratual ou legal que impeça o atesto;

13.1.10. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

13.1.11. Prestar informações e esclarecimentos que vierem a ser solicitado pela CONTRATADA, desde que sejam do seu conhecimento e pertinentes aos serviços contratados.

13.1.12. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

13.1.13. Manter seus dados cadastrais devidamente atualizados junto à CONTRATADA;

13.1.14. Atentar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação por parte da CONTRATADA, bem como seu fiel cumprimento;

13.1.15. Emitir o aceite do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA.

13.2. CONTROLE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL NA EXECUÇÃO;

13.2.1. A execução do contrato será gerenciada e fiscalizada mediante designação por meio de portaria publicada pela Autoridade competente da Companhia;

13.2.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 199 do RILCC e da Lei nº 13.303/2016.

13.2.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

13.2.4. **O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, fiscalização administrava, de acordo com as seguintes disposições:**

I - **Gestor do contrato:** Coordena as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrava, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II - **Fiscal Técnico:** Acompanha e avalia a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, inclusive ATESTANDO AS NOTAS FISCAIS MENSAIS, podendo ser auxiliado pela fiscal setorial;

III - **Fiscal Administrativo:** Acompanhamento os aspectos administrativos da execução dos serviços emitindo as medições das faturas mensais e às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

IV - **Fiscal Setorial:** é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade, sendo designado por Empregado para acompanhar a execução de contratos administrativos atuando como os "olhos e ouvidos" da gestão principal, verificando aspectos técnicos e/ou administrativos, garantindo que o serviço seja entregue com qualidade e dentro das normas, especialmente em contratos com muitas unidades ou grande volume de atividade.

13.2.5. As atividades de **gestão e fiscalização** da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por Empregados, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:

13.3.1. Para fins de comprovação de qualificação técnica operacional será exigida demonstração da execução de atividade identificada como economicamente relevante;

13.3.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, mediante cópia do contrato de concessão ou termo de autorização, ou ainda, extrato de publicação na imprensa oficial desses instrumentos, para a prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), outorgada pelo poder concedente nos termos da legislação em vigor, e ainda:

13.3.3. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados(s) certidões/declarações/ que comprovem a prestação dos serviços no prazo mínimo de 15 meses, e deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características:

13.3.4. Os atestados(s) certidões/declarações deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

13.3.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 12 meses do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

13.3.6. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, será permitida a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnica, a uma única contratação.

13.3.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços e demais informações necessárias à comprovação previstos no Edital e neste Termo de referência e anexos, no que couber.

13.3.8. Para fins de comprovação de quantitativo mínimo dos serviços, terá como parâmetro relevante o **item único**, conforme demonstrado no **item 1.3** deste termo de referencia, em virtude de ser

tecnicamente e economicamente viável por motivo dos quantitativos dos serviços serem os mais relevantes e imprescindíveis para a Companhia.

13.3.9. Para fins de Qualificação Técnica Operacional, o licitante deverá comprovar obrigatoriamente que tenha executado contratos de prestação de serviços de telefonia móvel corporativa (sob demanda), com fornecimento de linhas móveis com franquia individual de voz e dados, incluindo chamadas ilimitadas e conectividade com tecnologia 5G (ou superior), incluindo ligações ilimitadas, pacote mínimo de 20GB, bem como o fornecimento de aparelhos móveis em regime de comodato com o percentual de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) da quantidade total Quantidade máxima estimada prevista no item 1.3., bem como demonstrado na tabela abaixo:

ITEM ÚNICO	QUANTIDADES MÍNIMAS PREVISTA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL - APARELHOS E CHIPS AVULSO E/OU eSIM	QUANTIDADES E PERCENTUAIS MÍNIMOS PREVISTOS EM (50%) PARA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
	743	371

13.4. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA e REGULARIDADE FISCAL:

13.4.1. A habilitação jurídica e Regularade Fiscal serão exigidas nos parâmetros estabelecidos no edital.

13.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

13.5.1. Para fins de comprovação de qualificação econômico-financeira, será exigida a seguinte documentação:

13.5.2. Certidão simplificada da Junta Comercial, se houver;

13.5.3. Opção pelo SIMPLES, se houver;

13.5.4. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

13.5.5. Balanço Patrimonial e da Demonstração de Resultado do Exercício, último ano calendário, já exigíveis e apresentados na forma da lei, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

13.5.6. A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, por meio da apresentação do balanço patrimonial e da demonstração de resultado de exercício onde serão extraídos os índices que comprovem a situação exigida, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios conforme abaixo:

13.5.7. Liquidez Corrente = Ativo Circulante (AC)/ Passivo Circulante (PC), sendo o resultado obtido maior ou igual a 1.

13.5.8. Endividamento Total = Exigível Total (ET)/ Ativo total (AT), sendo o resultado obtido inferior a 1.

13.5.9. O atendimento da exigência do item 13.5.6. pode se dar, alternativamente, pela comprovação do patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização por índices oficiais.

13.5.10. Para as empresas recém constituídas, que ainda não tiveram obrigação de apresentar suas demonstrações contábeis, serão aceitos o Balanço de Abertura devidamente assinado pelo titular ou representante legal da empresa e pelo contador, autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante e nesse caso, a análise será realizada pela opção do item anterior.

14. DA VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO:

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14.2. A utilização de serviços de outras empresas de telefonia é algo inerente ao modelo de mercado, não sendo possível definir qual o nível de interação entre as empresas. Visto que, dependendo da operadora, local, tecnologia utilizada, origem e destino da conexão, localização e particularidades do órgão Contratante envolve muitas variáveis. Portanto, para fins da presente licitação, o uso desses serviços não será entendido como passível de subcontratação.

14.3. Em qualquer hipótese do uso de serviço de terceiros, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades das demais empresas, bem como, responder perante ao órgão Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais.

14.4. No caso de empresas integrantes de consórcios, fica vedada sua participação neste certame, entende-se que para o objeto a ser contratado não tem necessidade de aplicação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões elencadas abaixo:

15.1.1. Impacto no valor final do contrato, onerando as propostas.

15.1.2. Existência de controles e monitoração da qualidade do serviço prestado, rapidamente evidenciado pelo usuário.

15.1.3. Facilidade com a portabilidade em caso de inabilitação da contratada.

16. DA VIGÊNCIA E VALIDADE DO PRAZO CONTRATUAL

16.1. O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por igual período, e de acordo com interesse das partes, e não excederá de 05 (cinco) anos, e terá vigência se iniciando juntamente com o prazo de execução e término em 120 (cento e vinte) dias após o esaurimento deste, respeitado o limite máximo estabelecido em lei.

16.2. A duração dos contratos não excederá a 05 (cinco) anos, contados a partir da data da sua celebração, nos termos da Lei n.º 13.303, de 2016, e artigo 162 do RILCC.

16.3. O período contratual justifica-se pelo evidente ganho na economicidade do dispêndio mensal, com a necessidade de renovação de TODO parque de aparelhos a cada 30 (trinta meses), em caso de prorrogação do contrato por igual período.

16.4. Como o custo do aparelho é inserido na assinatura (mensalidade por linha) e distribuído durante 30 (trinta meses), o impacto financeiro periódico é aliviado.

16.5. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

16.5.1. A alteração quantitativa poderá ocorrer, nas mesmas condições contratuais, quando forem necessários acréscimos ou supressões do objeto até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 167-A § 2º do RILCC.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

17.1. O não cumprimento, por parte da Prestadora do Serviço, das normas que regulam as condições para a exploração do SMP ocasionará punições, nos termos da regulamentação pertinente.

17.2. A FISCALIZAÇÃO relativa ao cumprimento das metas, estabelecidas no Plano Geral de Metas de Qualidade, será de responsabilidade da ANATEL, entretanto, a CONTRATADA deverá prestar informações à CAERN no caso de haver qualquer situação superveniente que prejudique a execução do Contrato.

17.3. A CAERN reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados, se em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência.

17.4. O quantitativo de serviços dispostos neste Termo de Referência é uma estimativa para fins de composição do valor total do contrato. A CONTRATANTE reserva-se do direito de, a seu critério exclusivo, alterar os quantitativos individuais dos diversos serviços ou equipamentos, caso haja demanda inferior ou superior à prevista originalmente, de acordo com a Lei 13.303/2016 e RILCC. A CONTRATADA se obriga a manter os preços individuais dos produtos da sua proposta original para estas alterações;

17.5. Os quantitativos especificados neste Termo de Referência não implicam em compromisso formal da CONTRATANTE para com a CONTRATADA, uma vez que se trata apenas de uma previsão para contratação dos serviços, não gerando direito adquirido à execução total dos quantitativos aqui definidos;

17.6. A licitante, no momento da remessa dos documentos da qualificação técnica, deverá também fornecer manuais e/ou folders dos aparelhos e dos modems que serão disponibilizados em comodato, para avaliação técnica e aprovação pela unidade competente da Instituição. Poderá ser utilizado o site o oficial do fabricante como referencia dos modelos.

"ANEXO I"

MODELO DE PROPOSTA

A empresa _____, situada no endereço _____, município de _____, Estado _____, CEP _____, inscrita sob o CNPJ nº _____, Telefone _____, E-mail _____, por intermédio do seu representante legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____, e CPF nº _____, apresenta a seguinte proposta de valores do objeto da presente licitação, é a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de serviços de telefonia móvel corporativa (sob demanda), com fornecimento de linhas móveis com franquia individual de voz e dados, incluindo chamadas ilimitadas e conectividade com tecnologia 5G (ou superior), incluindo ligações ilimitadas, pacote mínimo de 20GB, bem como o fornecimento de aparelhos móveis em regime de comodato, visando atender às necessidades da CAERN - Companhia de águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, conforme condições, quantidades e exigências que serão estabelecidas do EDITAL neste TR - TERMO DE REFERENCIA e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	Quantidades totais e máxima estimada prevista	Valor Unitário previsto (R\$)	Valor mensal da Quantidade máxima prevista (R\$)	Valor total da Quantidade máxima prevista dos serviços pelo prazo de 30 meses (R\$)
1	Contratação de empresa especializada para fornecimento de Serviço Móvel Pessoal - SMP, com tecnologia digital GSM, incluindo transmissão de voz e dados ilimitados, roaming nacional ilimitado envio e recebimento de mensagens (SMS/MMS) ilimitados, ligações de voz nas modalidades: local, longa distância nacional – LDN, uso ilimitado do aplicativo WhatsApp, acesso à caixa postal, franquia mensal de mínimo 20GB de dados móveis (internet), com fornecimento de chips avulso e/ou eSIM, com fornecimento de smartphones e acessórios, em regime de comodato, pós	800			

	pago e preço fixo mensal. Não haverá quaisquer outras cobranças adicionais.				
--	---	--	--	--	--

obs: Os serviços serão fornecidos por demanda, de acordo com as necessidades da Companhia, não sendo esta obrigada a adquirir ou manter o quantitativo total de assinaturas mensais.

- 1 - Valor mensal da proposta: R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).
- 1 - Valor total da proposta pelo prazo de 30 meses: R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).
- 2 - DECLARAMOS que no preço acima estão inclusos todos os custos necessários para a prestação de serviços objeto da licitação, bem como todos os impostos e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como taxas, fretes, seguros e quaisquer outros elementos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado.
- 3 - PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da apresentação da proposta ajustada.

LOCAL, ____ de ____ de 20 ____.

Assinatura do Representante Legal
NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL
CPF: XXX.XXX.XXX-XX

ANEXO A ESTE TERMO DE REFERENCIA:
"ANEXO I" - MODELO DE PROPOSTA (anexo a este termo de referencia).

ELABORAÇÃO E REVISÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA


REV.	HISTÓRICO DE REVISÕES	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO/ALTERAÇÃO/REVISÃO	MAT.	ÁREA
00	Emissão Inicial	Josenildo Ferreira dos Santos	3162	USEG
		Rivanilson Andrade de Lima	4725	GIF
01	Revisão do TR por recomendação da AEC por meio do Despacho CAERN 761 AEC para USEG Sei nº (id. 39486453).	Josenildo Ferreira dos Santos	3162	USEG
		Rivanilson Andrade de Lima	4725	GIF
02	Revisão do TR por recomendação da Relatório ACI - Edital - Aquisição - CAERN Nº 332 - ATA 44 - 11/03/2026 (39956836)	Josenildo Ferreira dos Santos	3162	USEG
		Rivanilson Andrade de Lima	4725	GIF
03	Revisão do TR por recomendação da Relatório ALI	Josenildo Ferreira dos Santos	3162	USEG

O presente documento segue assinado pelos Empregados Elaboradores da Unidade de Serviços Gerais - USEG e pela Gerencia de Infraestrutura (GIF).


(documento assinado eletronicamente)

Josenildo Ferreira dos Santos
CAERN - Coordenador da Unidade de Serviços Gerais
Gestor de Contratos (titular)


Rivanilson Andrade de Lima
CAERN - Gerente de Infraestrutura
Gestor de Contatos (substituto)



Documento assinado eletronicamente por Josenildo Ferreira dos Santos, Coordenador da Unidade de Serviços Gerais, em 24/04/2026, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).




Documento assinado eletronicamente por Rivanilson Andrade de Lima, Gerente de Infraestrutura, em 24/04/2026, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 40884609 e o código CRC B55C0CCF.

PLANILHA DE ORÇAMENTO BÁSICO E QUANTITATIVOS

Processo: 03210377.000006/2026-13

	O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de serviços de telefonia móvel corporativa sob demanda, com fornecimento de linhas móveis com franquia individual de voz e dados, incluindo chamadas ilimitadas e conectividade com tecnologia 5G (ou superior), incluindo ligações ilimitadas, pacote mínimo de 20GB, bem como o fornecimento de aparelhos móveis em regime de comodato, visando atender às necessidades da CAERN - Companhia de águas e Esgotos do Rio Grande do Norte, conforme condições, quantidades e exigências que serão estabelecidas do EDITAL neste TR - TERMO DE REFERENCIA e seus anexos.		UNID. ADMINISTRATIVA		FOLHA	
			USEG/GIF/DA		01/01	
SERVIÇO:			SERVIÇO		Fevereiro/2026	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	Quantidades <u>totais</u> e <u>máxima</u> estimada prevista	<u>Valor Unitário</u> previsto (R\$)	<u>Valor mensal</u> da Quantidade máxima prevista (R\$)	<u>Valor total</u> da Quantidade máxima prevista dos serviços pelo <u>prazo de 30 meses</u> (R\$)
01	Contratação de empresa especializada para fornecimento de Serviço Móvel Pessoal - SMP, com tecnologia digital GSM, incluindo transmissão de voz e dados ilimitados, roaming nacional ilimitado envio e recebimento de mensagens (SMS/MMS) ilimitados, ligações de voz nas modalidades: local, longa distância nacional – LDN, uso ilimitado do aplicativo WhatsApp, acesso à caixa postal, franquia mensal de mínimo 20GB de dados móveis (internet), com fornecimento de chips avulso e/ou eSIM, com fornecimento de smartphones e acessórios, em regime de comodato, pós pago e preço fixo mensal. Não haverá quaisquer outras cobranças adicionais.	unidade	800	R\$	R\$	R\$
Elaboração: Visto: Chefe: Gerente:						



Documento assinado eletronicamente por **Josenildo Ferreira dos Santos, Coordenador da Unidade de Serviços Gerais**, em 05/02/2026, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rivanilson Andrade de Lima, Gerente de Infraestrutura**, em 05/02/2026, às 22:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **39051535** e o código CRC **4E3DC6EA**.
